

PALOP-TL

Programa Regional de Governação Económica

Pro PALOP-TL SAI (FASE III)

Ficha de projeto



O projeto PRO PALOP-TL ISC (FASE III) é cofinanciado pela União Europeia



Cofinanciado pela
União Europeia



PROGRAMA REGIONAL PALOP-TL PARA GOVERNAÇÃO ECONÓMICA: REFORÇO DA
FISCALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTOS
(PRO PALOP-TL - FASE III)

FASE III



Descrição da ação

TÍTULO DA ACÇÃO

Programa Regional de Governação Económica PALOP-TL -
Reforçar o Sistema de Gestão das Finanças Públicas e a
Fiscalização Orçamental (Pro PALOP-TL - Fase III)

LOCALIZAÇÃO DA ACÇÃO

A ação será realizada nos Países de Língua Portuguesa da África
Subsariana (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e
São Tomé e Príncipe).
A ação será excepcionalmente alargada a Timor-Leste no âmbito
dos PALOP-TL.

ÁREA(S) PRIORITÁRIA(S), SECTORES

Área prioritária 2: Governação, paz e segurança e cultura
Códigos CAD: 151 Governo e sociedade civil - geral

OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Principal ODS:

- ▶ ODS 16: Paz, justiça e instituições sólidas e responsáveis
- ▶ Outros ODS importantes:
- ▶ ODS 5: Igualdade de género;
- ▶ ODS 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
- ▶ ODS 17: Parcerias para os Objetivos

ORÇAMENTO DA ACÇÃO

8.424.925 USD

**A contribuição da União Europeia (UE) é de 7 850 000 euros
(8 324 925 USD)**

Esta ação é cofinanciada por:
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
(PNUD)

Resumo

Os programas PFM Pro PALOP-TL ISC financiados pela UE (2013-2017 e 2018-2022) promoveram e consolidaram com sucesso, nos últimos 8 anos, ferramentas inovadoras e uma sólida Comunidade de Práticas (CdP) de mais de 20 instituições estatais de governação económica e um número semelhante de plataformas de OSC nos 6 países PALOP-TL (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) para promover uma Gestão das Finanças Públicas (GFP) transparente e eficiente, supervisão orçamental e governação económica. Estes programas mediaram CdP que recorreram à cooperação sul-sul/triangular e à associação entre pares entre instituições de países semelhantes, o que estimulou um grau de elaboração de políticas coordenadas em matéria de transparência e responsabilização da GFP sem paralelo na maioria dos países da região. Aumentaram a qualidade e a eficiência do diálogo político da UE, nomeadamente nos países com operações de apoio orçamental (bem como nos países com programas de apoio à supervisão orçamental), fornecendo informações privilegiadas, redes e ligações críticas e atempadas às instituições de supervisão.

No entanto, apesar do progresso significativo na governação económica nos PALOP-TL na última década devido às reformas nacionais da Gestão das Finanças Públicas (GFP) que levaram a uma maior responsabilização dos atores estatais da GFP, é necessário abordar as deficiências estruturais da governação, nomeadamente sobre os temas da transparência orçamental, supervisão/auditoria eficiente e monitorização social e avaliação do impacto das despesas públicas, especialmente num contexto global de aumento das crises financeiras devido ao impacto a longo prazo da pandemia da COVID-19 e da guerra na Ucrânia.

O 3.º programa PFM Pro PALOP-TL ISC visa consolidar e ampliar os ganhos e ações acima referidos para continuar a promover ciclos orçamentais transparentes, responsáveis, sensíveis ao género e abertos, bem como para reforçar ainda mais o parlamento, o tribunal de contas, as instituições executivas e as capacidades dos cidadãos para monitorizar a forma como os governos executam os orçamentos do Estado. De 2023 a 2026, o novo programa capitalizará o conhecimento e o espaço político em matéria de GFP herdado dos 2 anteriores programas Pro PALOP-TL ISC acima referidos para desenvolver competências, ferramentas e capacidades conducentes a reformas significativas e duradouras em áreas consideradas fundamentais para acelerar os ODS e o Desenvolvimento Económico Sustentável nos países PALOP-TL. Assim, o retorno dos investimentos feitos nos últimos 8 anos na construção de competências de Recursos Humanos de GFP, bem como na consolidação de sistemas de GFP, redes profissionais e instituições, será agora alocado para promover a mudança e a transformação nessas áreas, como a transparência fiscal/tributária e a mobilização de recursos internos, economias iguais em termos de género (EQUANOMICS), SGFP aberto e responsável, nomeadamente utilizando tecnologias digitais. O programa esforçar-se-á por reforçar as parcerias existentes e criar associações mais estreitas e duradouras com instituições europeias homólogas. O programa propõe igualmente a divulgação de instrumentos e métodos bem-sucedidos, como a "Comunidade de Práticas", a recente "Plataforma Digital de Transparência Orçamental" e o "Modelo integrado de orçamentação e supervisão sensível ao género" noutros países em que possam ser reproduzidos, nomeadamente os que beneficiam de um apoio orçamental da UE particularmente importante. O programa promoverá o alinhamento com os eixos do Portal Global da UE sobre as transições ecológica (aceleração da transição ecológica para a biodiversidade) e digital através das suas questões transversais.

Tendo em conta o valor acrescentado já demonstrado de uma colaboração no âmbito da região

PALOP-LT (seis países que partilham a mesma língua e sistemas de governação) no sector da GFP, propõe-se centrar a intervenção em cinco domínios principais:

1. Consolidação e reforço do SGFP e das capacidades de mobilização de recursos internos por parte dos Ministérios das Finanças e das Autoridades Tributárias nacionais.
2. Melhorar o controlo externo e a auditoria por parte dos Parlamentos, Tribunais de Contas e outras instituições de controlo externo.
3. Reforçar a monitoria do orçamento e das políticas públicas pelas organizações da sociedade civil (OSC) e aumentar a participação pública dos cidadãos.
4. Reforçar as parcerias internacionais e entre as instituições nacionais de controlo e suas congéneres a nível supra-nacional.
5. Reforçar as práticas de orçamentação sensível ao género (GRB) e a transversalização das questões de género nos planos nacionais de desenvolvimento.

A Ação irá ampliar as metodologias já testadas do Programa Pro PALOP-TL ISC no âmbito de uma rede profissional de pares, que já resultou em melhores atitudes e competências num ambiente de aprendizagem colaborativa das instituições beneficiárias (como os Ministérios das Finanças, Parlamentos, Tribunais de Contas, bem como Organizações da Sociedade Civil). Permitirá i) aprofundar as suas capacidades em matéria de GFP, ii) uma execução mais eficaz dos seus diferentes mandatos, e iii) transmitir confiança interinstitucional e pública, nomeadamente em novos domínios, como a orçamentação em função das alterações climáticas e a mobilização de recursos internos, influenciando e alargando assim o espaço existente para o diálogo político no domínio da GFP; iv) aprofundar as capacidades institucionais e reforçar os impactos e a avaliação do impacto da igualdade entre homens e mulheres; v) transformação sustentável das culturas institucionais e dos quadros jurídicos. Além disso, facilitará ainda mais o desenvolvimento de relações de tutoria entre as instituições dos países e uma pressão positiva dos pares que já contribuiu para a obtenção de resultados de alto nível.

Além disso, procurará reforçar e formalizar a colaboração operacional existente com outros atores e plataformas relevantes que operam nos domínios da governação económica e da GFP, tais como as existentes com os PALOP-TL, Brasil e Portugal (OISC | CPLP, AP | CPLP, SG-PLP); com a *Open Government Partnership* (OGP); com a Parceria Internacional para o Orçamento (IBP); com a INTOSAI (Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo) e a AFROSAI-E; com o FMI, especialmente com o seu Departamento de Assuntos Fiscais (FAD), que já demonstrou grande interesse na metodologia inovadora da Ação para promover a igualdade de género através do SGFP, e com a AFRITAC (facilidade de formação do FMI). A Ação irá também criar associações mais estreitas e duradouras com outras instituições, nomeadamente com os organismos de supervisão da UE (Tribunal de Contas da UE, Comissão do Controlo Orçamental e Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu), que contribuirão para assegurar uma colaboração mais estreita e um apoio sustentável às instituições de supervisão dos PALOP-TL.

O reforço das parcerias permitirá também que outros países não PALOP-TL beneficiem das metodologias testadas e das Comunidades de Prática, bem como da utilização da inovação e da digitalização, que já estão a ocorrer nos PALOP-TL para promover o SGFP.

Esta ação está alinhada com a Prioridade 2 "Governação, Paz e Segurança, e Cultura" do Programa Indicativo Plurianual Regional Subsariano 2021-2027, e refere-se especificamente ao Resultado 1.1 - "Os quadros continentais e regionais para a governação democrática, o Estado de direito,

os direitos humanos, a responsabilização e as sociedades inclusivas e igualitárias são reforçados e implementados". Além disso, contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente o ODS 16 (governança, incluindo a promoção de instituições responsáveis e inclusivas a todos os níveis), o ODS 5 (igualdade de género), o ODS 10 (reduzir a desigualdade dentro e entre países) e o ODS 17 (parcerias para os objetivos).

Dada a experiência bem-sucedida do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na implementação do Programa Pro PALOP-TL ISC, bem como na disponibilização de ferramentas e processos de desenvolvimento de capacidades institucionais, propõe-se a renovação da parceria com esta organização, confiando-lhe a gestão indireta da ação. A Unidade de Gestão do Programa será sediada em Cabo Verde.

Quadro de resultados

Para efeitos de coerência, tendo em conta que a Descrição da Ação (DoA) não tem um formato normalizado e que a organização de execução pode sugerir o formato que melhor se adapte aos seus meios e objetivos, regras e procedimentos, o quadro lógico (Anexo 1) utilizado nos documentos de identificação e formulação, bem como no Acordo de Contribuição assinado entre a UE e o PNUD, será integrado num quadro de resultados - os dois documentos são compatíveis e o PNUD apresentará relatórios com base no quadro lógico.

O PNUD pode também, em conformidade com as disposições contratuais relevantes do Acordo de Contribuição (artigo 10º do Anexo 2), alterar os indicadores e os respetivos objetivos, linhas de base e fontes de verificação descritos na DoA e no quadro lógico.

Quando não for possível determinar as realizações de uma ação na fase de formulação, devem ser apresentados os resultados intermédios e definidas as realizações durante a fase inicial do projeto global e das suas componentes.

A matriz do quadro indicativo de resultados evoluirá durante o período de vigência da ação: serão acrescentadas novas linhas no quadro de resultados para incluir as atividades, bem como novas colunas para as metas intermédias (marcos) para os indicadores de realização e de resultados, sempre que tal seja relevante para efeitos de monitorização e de elaboração de relatórios.

Impacto pretendido (objetivo geral), tal como indicado nos resultados do programa regional e no quadro de recursos: Contribuir para o ODS 16, nomeadamente na promoção de instituições responsáveis e inclusivas nos PALOP-TL.

Indicadores de impacto (objetivo geral), tal como indicado no quadro regional de resultados e recursos, incluindo a base de referência e os objetivos:

OO 1. Indicadores de governação mundial do Banco Mundial

OO 1.1. "Eficácia do Governo"

NB: Os valores específicos de cada país são apresentados em pormenor no Apêndice 1.

Resultado pretendido (objetivo específico), tal como indicado nos resultados do programa regional e no quadro de recursos: Melhoria dos orçamentos transparentes e inclusivos em termos de género, da mobilização dos recursos internos (DRM) e do controlo externo das despesas públicas e das práticas políticas nos países PALOP-TL.

Indicadores de resultados, tal como constam do quadro regional de resultados e recursos, incluindo a base de referência e os objetivos:

SO 1: Pontuação de transparência do IBP para os países PALOP-TL

SO 2: Pontuação do controlo orçamental do IBP para os

países PALOP-TL SO 3: Participação pública do IBP para

os países PALOP-TL

SO 4: Pontuação/classificação da Eficiência da Mobilização de Receitas do IIAG para os países PALOP-TL

SO 5: Pontuação/classificação da medida (índice) de inclusão e igualdade de género do IIAG

para os PALOP-TL SO 6: Classificação da CPIA em termos de igualdade de género para os

PALOP-TL

Fontes: [Índice do Orçamento](#) ^{Aberto}¹; [Índice Ibrahim para a Governação em África \(IIAG\)](#)²; [Indicador de igualdade de género CPIA do BM3](#); Indicadores ODS

- Dados do Banco Mundial; relatórios de projetos de países que não fazem parte

do OBI ou do IIAG. NB: os valores específicos dos países são apresentados em

pormenor no Anexo 1.

Resultado(s) aplicável(éis) do Plano Estratégico do PNUD e da Estratégia para a Igualdade de Género:

Acelerar as transformações estruturais em prol do desenvolvimento sustentável, nomeadamente através de soluções inovadoras que tenham efeitos multiplicadores em todos os ODS

Solução de assinatura 1. Pobreza e desigualdade (e Resultado 1 no âmbito da Estratégia para a Igualdade de Género - Contribuir para economias sustentáveis e com igualdade de género)

Solução de assinatura 2: Reforçar uma governação eficaz, inclusiva e responsável (e Resultado 2 no âmbito da Estratégia para a Igualdade de Género *Ajudar a revigorar a governação inclusiva, a participação e as economias de liderança das mulheres*)

Solução de assinatura 6: Reforçar a igualdade entre os sexos e o empoderamento das mulheres e das raparigas (e Resultado 6 da Estratégia para a Igualdade entre os Sexos - *Acelerar a realização da igualdade entre os sexos*)

Título do projeto e número do projeto Atlas:

Programa de Governação Económica Regional PALOP-TL - Reforçar o SGFP e a Supervisão Orçamental (Pro PALOP-TL SAI - Fase III)

1 <https://internationalbudget.org/open-budget-survey/country-results>.

2 https://iiag_online/data.html?loc=ST&view=table&meas=INCLEQ-PolPowIncLvVDEM-PolPowSexOrVDEM-PolPowSocGrVDEM-PolPowUrbRurVDEM-EqPolPow-EqPolRightsOppFH-EqRepLeg-EqPolRep-EqCivLibRegVDEM-EqCivLibInclVDEM-EqCivLibSocGrVDEM-EqCivLibUrbRurVDEM-EqCivLib-SocEcoOppInclVDEM-SocioEconOppSocGroupVDEM-SocEcoOppUrbRurVDEM-PromSocEconIntYouthGI-EqSocEconOpp-AccPubServInclVDEM-AccpubServSocGroupVDEM-AccPubServUrbRurVDEM-EqAccPubServ&subview=rank&range1from=2012&range1to=2016&range2from=2017&range2to=2021&showLowest=true&showHighest=true&showEstimated=true&showTrimmed=true&showTrimmedEstimated=true&showHighlights=true&showFullContext=false&showAAT=false.

3 <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?dsid=2&series=IQ.CPA.GNDR.XQ>.

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADOS	FONTE DE DADOS	LINHA DE BASE	OBJECTIVOS (POR FREQUÊNCIA DE RECOLHA DE DADOS)	ASSUNTOS
			2023	OBJECTIVO EM 2026	
RESULTADO 1 AUMENTO DA TRANSPARÊNCIA NA GFP E DAS CAPACIDADES DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS DOMÉSTICOS POR PARTE DOS MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DAS AUTORIDADES TRIBUTÁRIAS NACIONAIS NOS PAÍSES PALOP-TL.	1.1 Índice de Transparência Orçamental PALOP-TL.	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do índice PALOP-TLCountry de transparência orçamental • Indicador es ODS Dados do Banco Mundial • Inquérito aos funcionários competentes (base de referência) e avaliação final) • Relatórios narrativos de projectos 	1.1. AO: 50 (2021); CV: 58 (2021); GB: 27 (2021); MZ: 63 (2021); STP: 68 (2021); TL: 43 (2021).	1.1. AO: 80; CV: 80; GB: 50; MZ: 80; STP: 80; TL: 80.	<p>O PALOP-TL os países mantenham a sua vontade política de fornecer dados financeiros e de trabalhar na melhoria das suas políticas e capacidades de mobilização de recursos internos. Os beneficiários deste Ação aprofundar a sua conhecimentos especializados, a fim de aplicá-lo adequadamente em Reformas do SGFP, digitalização e desmaterialização.</p>
	1.2 Número de publicações académicas centradas nas instituições, assuntos ou desafios de GFP dos PALOP-TL produzidos pelos funcionários dos PALOP-TL no âmbito do programa: (i) projetos/teses de mestrado; (ii) Trabalhos de estudos avançados ou trabalhos finais; (iii) Publicações académicas.		1.2. (i) 0; (ii) 0; (iii) 0.	1.2. (i) 45; (ii) 20; (iii) 3.	
	1,3 % de executivos formados com competências melhoradas em matéria de SGFP (nomeadamente através de os programas de Estudos Avançados e de Mestrado em GFP do programa), desagregados por sexo.		1.3. 0.	1.3. 80% dos formandos aumentam significativamente as suas competências em matéria de GFP (pelo menos 40% são mulheres).	
	1,4 % de executivos formados com competências melhoradas em matéria de mobilização de recursos internos, desagregadas por sexo.		1.4. 0.	1.4. 80% dos formandos aumentam significativamente as suas competências em matéria de GDD (pelo menos 40% são mulheres).	
	1.5 Situação da governação eletrónica da GFP sistemas e serviços integrados (inexistentes, criados/novos, a melhorar, consolidados).		1.5. AO: criado/novo; CV: precisa de ser melhorado; GNB: inexistente; MOZ: criado/novo; STP: inexistente; TL:	1.5. AO: consolidado; CV: consolidado; GNB: necessita de melhorias; MOZ: consolidado; STP: necessita de melhorias; TL: consolidado.	
	1.6 # de CdP sobre GFP, DRM e reformas fiscais.		1.6. 0.	1.6. 3 (três) CoPs / 120 participantes (pelo menos 40% de mulheres).	

RESULTADO 2

MELHORIA DAS CAPACIDADES DE FISCALIZAÇÃO PELOS PARLAMENTOS E DE CONTROLO/AUDITORIA EXTERNA PELAS INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE AUDITORIA E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CONTROLO EXTERNO NOS PAÍSES PALOP-TL.

2.1 Pontuação da supervisão legislativa do IBP/ OBI

2.2 Pontuação da supervisão da auditoria IBP/ OBI

2.3 % de deputados, funcionários parlamentares e das ISC que receberam formação e possuem competências melhoradas em matéria de controlo/análise das despesas e políticas públicas, controlo externo e auditoria (nomeadamente através do Programa de Estudos Avançados e de Mestrado em GFP da Ação), desagregados por sexo.

2.4 Número de publicações académicas centradas nas instituições de supervisão legislativa e de controlo externo dos PALOP-TL ou em matérias ou desafios produzidos por Funcionários dos PALOP-TL no âmbito do programa: (i) Projectos/teses de mestrado; (ii) Trabalhos de estudos avançados ou trabalhos finais; (iii) Académicos.

[International Budget Partnership \(IBP\) - Índice do Orçamento Aberto](#)

- Relatórios de projectos para países que não fazem parte do OBI (GB e CV)
- Inquérito aos funcionários competentes (avaliação de base e final)
- Relatórios narrativos de projectos

2.1. AO: 33 (2021); MZ: 42 (2021); STP: 39 (2021); TL: 47 (2021)

2.2 AO: 33 (2021); MZ: 50 (2021); STP: 56 (2021); TL: 72 (2021).

2.3 0.

2.4 (i) 0; (ii) 0; (iii) 0.

2.1. AO: 41-60; MZ: 61-100; STP: 41-60; TL: 61-100

2.2 AO: 41-60; MZ: 41-100; STP: 61-100; TL: 61-100.

2,3 80% dos formandos aumentam significativamente e as suas competências em matéria de análise das despesas e políticas públicas, controlo externo e auditoria (pelo menos 40% são mulheres).

2.4 (i) 45; (ii) 20; (iii) 3.

Os beneficiários da ação aprofundam os seus conhecimentos para poderem analisar e acompanhar o Orçamento de Estado, ~~contribuindo~~ melhoria do mandato do executivo

2.5 Situação da GFP sistemas e serviços de administração pública em linha (não existentes, criados/novos, melhorados).

2.5 AO: Parlamento: criado/novo
SAI: criado/novo;
CV: Parlamento: consolidado | SAI: consolidado; GNB: Parlamento: inexistente | ISC: inexistente;
MOZ: Parlamento: inexistente | ISC: consolidado; STP: Parlamento: necessita de melhorias | ISC: ~~relate~~; TL: Parlamento: inexistente | ISC: ~~relate~~

2.5 AO: Parlamento: necessidades consolidadas | SAI: consolidado; CV: Parlamento: consolidado | SAI: consolidado; GNB: Parlamento: precisa de melhorias | SAI: precisa de melhorias; MOZ: Parlamento: precisa de melhorias | SAI: consolidado; STP: Parlamento: consolidado | SAI: necessita de melhorias; TL: Parlamento: necessita de melhorias | SAI: precisa de ser melhorado.

RESULTADO 3

MONITORIA
PELAS CSO
DO
ORÇAMENTO
E DAS
POLÍTICAS
PÚBLICAS
REFORÇADOS
E AUMENTO DA
PARTICIPAÇÃO
DOS CIDADÃOS,
EM ESPECIAL DAS
CSO QUE
TRABALHAM
TEMAS
RELACIONADOS
COM MULHERES
E COM A
IGUALDADE DE
GÉNERO.

<p>3.1 Os mecanismos estão disponíveis em todos os países para uma participação pública inclusiva e sensível ao género em todas as fases do processo orçamental (4 fases: Formulação - executivo; Aprovação - legislatura; Execução - executivo e Auditoria - SAI)</p>	<p>Inquérito entre as OSC relevantes (avaliação final) Dados gerados pelo CSO PALOP-TL Plataforma eBudget Relatórios narrativos de projectos</p>	<p>3.1 Não</p>	<p>3.1 Sim</p>	<p>As OSC nacionais (incluindo as OSC do género) mantêm o seu interesse e dispõem de recursos para reforçar o seu papel no controlo do orçamento e das políticas conexas.</p>
<p>3.2 Número de países PALOP-TL onde as OSC coordenam e utilizam eficazmente a Plataforma Orçamental Online da Sociedade Civil para a monitorização do Orçamento do Estado, incluindo a supervisão das receitas fiscais (DRM), numa base anual.</p>		<p>3.2 0 países</p>	<p>3.2 6 (seis) países PALOP-TL</p>	
<p>3.3 # de profissionais dos meios de comunicação social (rádio, escrita, audiovisual, novos meios de comunicação social/digitais) e académicos formados em Narração de Histórias com Dados Abertos para a GFP (desagregados por sexo)</p>		<p>3.2 0</p>	<p>3.2 Os profissionais dos meios de comunicação social (rádio, escrita, audiovisual, novos meios de comunicação social/digital) e os académicos formados aumentam significativamente as suas competências em matéria de GFP. Dados abertos e narração de histórias.</p>	

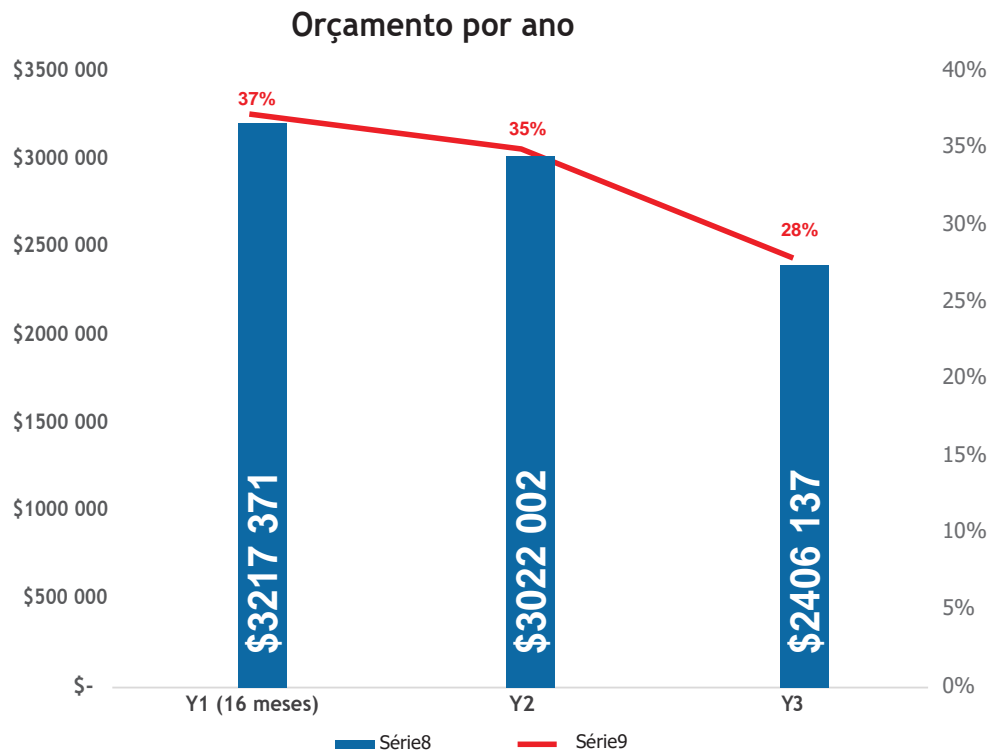
RESULTADO 4**PARCERIAS INTERNACIONAIS ENTRE AS INSTITUIÇÕES NACIONAIS DE CONTROLO DOS PALOP- TL E SUAS CONGÉNERES REGIONAIS REFORÇADAS.**

4.1 São estabelecidas parcerias internacionais e sul-sul/triangulars entre pares com Parlamento Europeu (Comissão do Controlo Orçamental e Comissão dos Orçamentos), Tribunal de Contas Europeu, Departamento de Assuntos Fiscais do FMI e AFRITAC	Documentos de parceria formalizados (Memorando de Entendimento, troca de cartas, acordos de parceria...) Inquérito aos funcionários competentes (base de referência e avaliação final) Relatórios narrativos dos projectos	4.1 Não	4.1 Sim	Os parceiros internacionais mostram interesse em estabelecer parcerias de forma colaborativa.
4.2 # de iniciativas de grande visibilidade e partilha de conhecimentos onde se partilham metodologias testadas e boas práticas dos PALOP-TL.		4.2 0	4.2 10	

RESULTADO 5 PRÁTICAS DE ORÇAMENTAÇÃO SENSÍVEL AO GÉNERO (OSC) E TRANSVERVERSALIZAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÉNERO REFORÇADAS NOS CICLOS ORÇAMENTAIS E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL DOS PALOP-TL.	<p>5.1 # PALOP-TL países onde a GRB está incluído e/ou mantido no Estado orçamentos, em alinhamento com o nacional planos de desenvolvimento/ políticas</p>		<p>5.1 4 (quatro) países PALOP-TL (CV, AO, STP e TL)</p>	<p>5.1 6 (seis) países</p>		
	<p>5.2 a) # Parlamentos dos PALOP-TL que fiscalizam a despesa pública em matéria de género, de forma sistemática b) # PALOP-TL que efectuou uma auditoria de desempenho do ODS 5 c) # PALOP-TL monitorizado autonomamente pelas OSC sobre a despesa pública e/ou as políticas em matéria de género, numa base sistemática.</p>	<p>Os Orçamentos Anuais do Estado e a Conta Geral do Estado dos 6 países Relatórios de projectos e sistema de M&A</p>	<p>5.2 a) 4 Parlamentos PALOP-TL (CV, AO, STP e TL) b) 2021: 1 (um) país (CV) c) 2021: 2 (dois) países (AO e STP)</p>		<p>5.2 a) 6 (seis) países b) 6 (seis) países c) 6 (seis) países</p>	<p>As prioridades da igualdade de género mantêm-se no centro das políticas nacionais.</p>
	<p>5,3 % das dotações iniciais aprovadas para o género programação do orçamento do Estado.</p>		<p>5.3 (2022) AO: 4,88%; CV: 92,34%; GB: 2,17%; MZ: 38,07%; STP: 6,83%; TL: 23,5%.</p>	<p>5,3 AO: 50%; CV: 95%; GB: 50%; MZ: 50%; STP: 50%; TL: 50%.</p>		
	<p>5,4 % de despesas em proporção das dotações iniciais aprovadas para o género programação no Estado orçamento.</p>		<p>5.4 (2023) AO: 0; CV: 0; GB: 0; MZ: 0; STP: 0; TL: 0.</p>	<p>5,4 AO: 50%; CV: 95%; GB: 50%; MZ: 50%; STP: 50%; TL: 50%...</p>		

Um orçamento trienal de 8,4 milhões de USD alinhado com uma estratégia de saída e sustentabilidade

- ▶ O orçamento global diminui ao longo da execução, com base no pressuposto de que algumas iniciativas serão encerradas/descontinuadas ao longo do período de execução devido ao impacto das atividades.



A satisfação das necessidades dos países continua a ser a chave do sucesso e da sustentabilidade.

- ▶ **Planos de trabalho anuais bem elaborados**, utilizando uma **abordagem** inclusiva e de **RBC**, ~~o~~ **o** maior parte dos recursos para responder às necessidades e exigências efetivas a nível nacional.
- ▶ **Um forte apoio ao país, assente em competências profissionais e no acesso a serviços de alto nível**, complementar e reforçará a execução dos planos de trabalho a nível nacional.

Orçamento por objetivo





O projeto PRO PALOP-TL ISC (FASE III) é cofinanciado pela União Europeia